



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Promotoria de Justiça de Santa Helena/PR

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

OBJETO: REGULARIZAÇÃO DOS CASOS DE DESVIO DE FUNÇÃO E DOS CREDENCIAMENTOS IRREGULARES.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, através do Promotor de Justiça infra firmado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Marechal Castelo Branco, n. 979, no Município de São José das Palmeiras/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor **GILBERTO FERNANDES SALVADOR**, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG sob nº 3.989.847-0/PR, inscrito no CPF sob o nº 608.781.509-00, à teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 (*Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial*),

1. CONSIDERANDO que o artigo 127 da Constituição Federal dispõe que *“o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”*;

2. CONSIDERANDO que o Ministério Público tem legitimidade e competência para firmar termo de ajustamento de conduta, o qual, uma vez assinado, tem força de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85, *in verbis*: “§ 6º. Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. (Parágrafo acrescentado pelo artigo 113 da Lei nº. 8.078, de 11.09.1990).”

3. CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe exercer a defesa dos direitos assegurados na Constituição Federal sempre que necessário for para a garantia do seu respeito pelos poderes municipais, nos termos do artigo 27, inciso I, da Lei nº 8.625/93;

4. CONSIDERANDO que ao Ministério Público compete zelar pela defesa do patrimônio público e social, nos termos do artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista que, dentro desta relevante atribuição ministerial, há de se exigir que o provimento de cargos

em comissão no âmbito da Administração Pública respeite os princípios expostos no artigo 37, "caput", da Constituição Federal, sob pena de violação ao interesse público, ao regime de acessibilidade aos cargos públicos e ao respeito e credibilidade dos poderes e instituições públicas;

5. CONSIDERANDO o estabelecido no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 37. "A administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

(...)

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;"

6. CONSIDERANDO o estatuído no artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

[...]

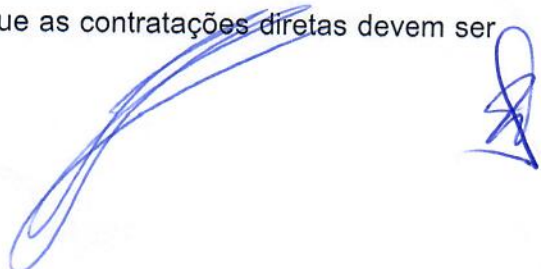
II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, respeitada a ordem de classificação, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão;

[...]

V - as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

7. CONSIDERANDO que se deixou patenteado tanto o constituinte federal como o estadual, em consonância com toda a sistemática que rege a Administração Pública, que a regra geral de provimento dos cargos, empregos e funções públicas é a realização do concurso, admitidas algumas poucas e expressas exceções;

8. CONSIDERANDO que não se pode olvidar, destarte, que as contratações diretas devem ser



por prazo determinado, como forma excepcional de admissão no serviço público, em casos de relevante interesse público e hipóteses expressamente previstas em lei, pois como adverte HUGO NIGRO MAZILLI: *"O dano à moralidade administrativa está sempre presente quando a administração dispensa licitação ou concurso exigido por lei, e daí decorrem lesividade ou prejuízo. Na dispensa de concurso, a administração estará contratando pessoal sem a seleção necessária, exigível não só para assegurar os critérios de probidade e impessoalidade da administração, como, ainda, para recrutar os melhores dentre os candidatos às vagas; (...)"*[1]; (destacou-se)

9. CONSIDERANDO que não se pode perder de vista a temporariedade desse tipo de contratação, e que, concomitante a ela, deve haver previsão de imediata de abertura de concurso público para preenchimento dos cargos;

10. CONSIDERANDO a seguinte lição de HELY LOPES MEIRELLES, (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 20ª Edição, página 375): *"o concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração para obter-se a moralidade, eficiência e aperfeiçoamento de serviço público, e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam os requisitos da lei, consoante determina o art. 37, II da CF"*;

11. CONSIDERANDO que, nessa trilha, é possível afirmar que a simples rotulagem do cargo como sendo "coordenador", "diretor" ou "chefe" não altera a sua natureza, devendo ser analisada a sua pertinência lógica com as distinções efetuadas pela Lei Maior (MAZILLI, Hugo Nigro. A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo, 7.ª Edição, Ed. Saraiva, p. 158);

12. CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade parte da ideia de que aos administradores públicos e, principalmente, aos chefes de poder, não é dado praticar atos que permitam, em tese, a obtenção de benefícios e a geração de interesses e vantagens pessoais, máxime quando estas retiram a própria respeitabilidade e credibilidade de poderes e instituições já excessivamente desgastados perante um corpo social cada vez mais descrente;

13. CONSIDERANDO que, consoante leciona a doutrina de MARIA LÚCIA VALLE FIGUEIREDO, o núcleo que ilumina o princípio da impessoalidade determina ser necessário que, na atividade administrativa, seja ela típica ou atípica, haja uma valoração objetiva dos interesses públicos e privados envolvidos na relação jurídica a ser formada desvinculada de qualquer interesse político ou parcial, razão pela qual a admissão de servidores nos entes públicos deve ser precedida de concurso público;

14. CONSIDERANDO que o Município de São José das Palmeiras apresentou os seguintes casos de desvio de função:

NOME	CARGO	FUNÇÃO DESEMPENHADA
	Chefe do Setor de	Cortar grama, enxada, auxílio em obras, fazer massa em betoneira,



Benedito Santos	Assimilação	e demais serviços braçais.
Elenice Galdino dos Santos	Chefe do Setor de Triagem	Encaminhamento de pacientes para consultas e distribuição de fichas para consultas.
Sandro Aparecido Bento	Serviços gerais	Corte de grama, recolhimento de entulho

15. CONSIDERANDO que os casos de desvio de função acima citados configuram afronta aos princípios da Legalidade, Impessoalidade e Moralidade, uma vez que os servidores não estão desempenhando as funções dos cargos de origem previsto em Lei e que servidores escolhidos pela administração estão sendo beneficiados e/ou prejudicados com essa situação;

16. CONSIDERANDO que o Prefeito está disposto a regularizar todas as situações irregulares **RESOLVEM** as partes celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85, mediante os seguintes **TERMOS**:

Cláusula 1ª. O Prefeito de São José das Palmeiras se compromete a sanar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os casos de desvio de função acima elencados, mediante exoneração.

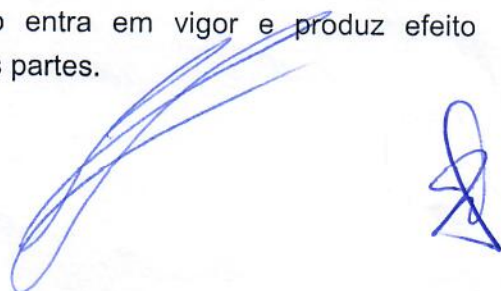
Cláusula 2ª. O Município de São José das Palmeiras no limite de suas atribuições, se compromete a nomear uma Comissão própria para desencadear os atos necessários à realização de concurso público, acaso pretenda contratar servidores para funções que não reúnam funções de direção, chefia e assessoramento.

Cláusula 3ª. O não-cumprimento de qualquer das cláusulas do presente acarretará em multa pecuniária por dia de omissão ou descumprimento, por parte das pessoas físicas representantes legais ou responsáveis pela nomeação ou contratação, fixado o dia-multa no valor de **R\$1.000,00 (mil reais)**, reajustáveis pelos índices oficiais, sem prejuízo da aplicação das penas previstas na legislação constitucional e infraconstitucional, notadamente aquelas dispostas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).

Cláusula 4ª. Por motivo justificado pode haver dilação dos prazos estipulados neste Termo de Compromisso, sendo que referida dilação deve ser solicitada antes da fruição do prazo que se pretende dilatar e deve ser expressamente deferida pelo Ministério Público subscrevente.


Cláusula 5ª. O presente compromisso de ajustamento deverá ser **publicado na imprensa oficial**, enviando-se cópia à Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas.

Cláusula 6ª. O presente compromisso de ajustamento entra em vigor e produz efeito imediatamente, logo após a oposição das assinaturas pelas partes.



Por fim, por estarem compromissados, firmam este TERMO em 02 (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma da lei.

Santa Helena, 14 de maio de 2018.



ADILTO LUIZ DALL'OGLIO JUNIOR
Promotor de Justiça



GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito de São José das Palmeiras

[1] A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo, 7.^a Edição, Ed. Saraiva, p. 158.